



3ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
SOLUÇÕES CAD – COMERCIO E SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA
CNPJ/MF Sob nº 30.629.875/0001-18
NIRE nº 35.235.268.673

Pelo presente instrumento particular de 3ª Alteração de Contrato Social, e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

MARCELLA DE ALMEIDA SANTOS KNIPL, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural de São Paulo – SP, nascida em 25 de maio de 1991, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.599.994-1, expedida em 11/05/2018 pela SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 409.630.238-45, residente e domiciliada na Rua Manuel Gaya, nº 945 – Torre B – Apto. 83, bairro Tremembé, CEP 02.313-000, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo; e

WILLIAN OLIVEIRA FELIX, brasileiro, solteiro, empresário, natural de São Paulo – SP, nascido em 24 de março de 1989, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.771.886-9, expedida em 10/09/2008 pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 372.728.318-12, residente e domiciliado na Rua Lírio da Paz, nº 130 – Casa 02, bairro Jardim Flor de Maio, CEP 02.363-040, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo;

Na qualidade de sócios da Sociedade Empresária Limitada, denominada **SOLUÇÕES CAD – COMERCIO E SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.629.875/0001-18, com sede na Avenida Nova Cantareira, nº 2026 – Conj. 123, bairro Tucuruvi, CEP 02.330-003, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE n. 35.235.268.673, em sessão de 06/06/2018, tem entre si justo e acertado alterar seu Contrato Social, conforme as cláusulas a seguir elencadas:

1. ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade empresária limitada que tinha sede na Avenida Nova Cantareira, nº 2026 – Conj. 123, bairro Tucuruvi, CEP 02.330-003, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, passa a partir desta data a ter sede na Rua Aiatinga, nº 109, bairro Tucuruvi, CEP 02.303-060, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.



2. DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SÉTIMA. A administração da empresa caberá exclusivamente aos sócios **MARCELLA DE ALMEIDA SANTOS KNIPL** e **WILLIAN OLIVEIRA FELIX**, com os poderes e atribuições de assinar documentos da empresa, tendo os mais amplos poderes para a direção dos negócios sociais, podendo representar a empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e praticar todos e quaisquer atos necessários a consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da empresa, sendo vedado o uso do nome da empresa para prestação de avais, fiança ou obrigações de favor em benefício do titular ou de terceiros, ou em atividades estranhas ao interesse social.

Parágrafo Primeiro. Compete exclusivamente aos administradores, em nome da empresa, constituir procuradores com poderes especiais, mediante assinatura do respectivo instrumento de mandato, sujeito ao mesmo critério dos próprios atos dos sócios, devendo estes poderes ter prazo de validade determinado e específico, exceto o relativo as procurações *ad judícia* e *ad negotia*.

Parágrafo Segundo. Os sócios poderão realizar retiradas mensais, a título de Pró-Labore, a importância de acordo com as disposições regulamentares pertinentes, podendo estas importâncias serem aumentadas ou diminuídas, de acordo com a situação financeira da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA. Os sócios **MARCELLA DE ALMEIDA SANTOS KNIPL** e **WILLIAN OLIVEIRA FELIX** declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública, ou contra a propriedade.

Desta forma, com as alterações acima elencadas, os sócios, resolvem por meio deste instrumento e atendendo aos dispositivos legais, realizar também a consolidação de seu Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
SOLUÇÕES CAD – COMERCIO E SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA
CNPJ/MF Sob nº 30.629.875/0001-18
NIRE nº 35.235.268.673

Pelo presente instrumento particular de consolidação de contrato social, e na melhor forma de direito os sócios abaixo assinados:

MARCELLA DE ALMEIDA SANTOS KNIPL, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural de São Paulo – SP, nascida em 25 de maio de 1991, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.599.994-1, expedida em 11/05/2018 pela SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 409.630.238-45, residente e domiciliada na Rua Manuel Gaya, nº 945 – Torre B – Apto. 83, bairro Tremembé, CEP 02.313-000, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo; e

WILLIAN OLIVEIRA FELIX, brasileiro, solteiro, empresário, natural de São Paulo – SP, nascido em 24 de março de 1989, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.771.886-9, expedida em 10/09/2008 pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 372.728.318-12, residente e domiciliado na Rua Lírio da Paz, nº 130 – Casa 02, bairro Jardim Flor de Maio, CEP 02.363-040, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Resolvem consolidar o contrato social da Sociedade Empresária Limitada, a qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

1. DA NOME EMPRESARIAL E SEDE.

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade empresária limitada girará sob denominação social de **SOLUÇÕES CAD – COMERCIO E SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA.**

Parágrafo Primeiro. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo Segundo. A empresa adotará por nome fantasia: **“SOLUÇÕES CAD”**.

CLÁUSULA SEGUNDA. A empresa terá sede na **Rua Aiatinga, nº 109, bairro Tucuruvi, CEP 02.303-060, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.**

2. DO OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA. Esta sociedade empresária limitada exercerá atividade econômica organizada, conforme Art. 966 do Código Civil - Lei 10406/02, e terá como objeto social:

- 62.02-3/00 – Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;
- 47.51-2/01 – Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
- 62.09-1/0 – Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
- 85.99-6/03 – Treinamento em informática.

3. DO PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. O prazo de duração será por tempo indeterminado.

4. DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA. O Capital Social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), divididos em 30.000 (trinta mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente nacional brasileira, conforme segue:

SÓCIOS	QUOTAS	(%)	(R\$)
MARCELLA DE ALMEIDA SANTOS KNIPL	15.000	50%	15.000,00
WILLIAN OLIVEIRA FELIX	15.000	50%	15.000,00
TOTAL	30.000	100%	30.000,00

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (Art. 1.052, CC/2002).

Parágrafo Segundo. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de deliberar-se aumento de capital e qualquer dos sócios não integralizar, total ou parcialmente, as quotas que tenha subscrito dentro do prazo estipulado,



o(s) outro(s) sócio(s) poderá(ão) aplicar-lhe as consequências da remissão, inclusive o quanto estabelecido em acordo de quotistas celebrado em apartado.

CLÁUSULA SEXTA. É vedado a constituição, pelos sócios de qualquer gravame sobre suas quotas sem prévia e expressa autorização da totalidade dos sócios quotistas, deliberada na forma do parágrafo segundo.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SÉTIMA. A administração da empresa caberá exclusivamente aos sócios **MARCELLA DE ALMEIDA SANTOS KNIPL** e **WILLIAN OLIVEIRA FELIX**, com os poderes e atribuições de assinar documentos da empresa, tendo os mais amplos poderes para a direção dos negócios sociais, podendo representar a empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e praticar todos e quaisquer atos necessários a consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da empresa, sendo vedado o uso do nome da empresa para prestação de avais, fiança ou obrigações de favor em benefício do titular ou de terceiros, ou em atividades estranhas ao interesse social.

Parágrafo Primeiro. Compete exclusivamente aos administradores, em nome da empresa, constituir procuradores com poderes especiais, mediante assinatura do respectivo instrumento de mandato, sujeito ao mesmo critério dos próprios atos dos sócios, devendo estes poderes ter prazo de validade determinado e específico, exceto o relativo as procurações *ad judicia* e *ad negotia*.

Parágrafo Segundo. Os sócios poderão realizar retiradas mensais, a título de Pró-Labore, a importância de acordo com as disposições regulamentares pertinentes, podendo estas importâncias serem aumentadas ou diminuídas, de acordo com a situação financeira da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA. Os sócios **MARCELLA DE ALMEIDA SANTOS KNIPL** e **WILLIAN OLIVEIRA FELIX**, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública, ou contra a propriedade.



6. DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA NONA. Ao término do cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração na forma da lei. (Art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo Primeiro. A distribuição de lucros ou resultados poderá ser realizada de forma desproporcional em relação à participação no capital, cabendo essa decisão aos sócios administradores. Os sócios desde já reconhecem a validade desta condição que é justificada como mecanismo de retribuição a cada sócio que colaborou com seu trabalho pessoal para a formação do resultado auferido pela sociedade, independente de eventual pagamento de "PRÓ-LABORE".

Parágrafo Segundo. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios realizarão assembleia. Para tanto, seguir-se-ão as formalidades da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, inclusive no concernente os documentos a serem disponibilizados aos sócios com o objetivo de tomar as contas aos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras necessárias, bem como a aplicação do lucro líquido, se houver.

Parágrafo Terceiro. Até 30 (trinta) dias antes da assembleia de sócios, os administradores disponibilizarão os documentos referidos no *caput* da Cláusula Nona, para revisão dos sócios que não participam da administração da sociedade.

Parágrafo Quarto. Os sócios podem, a qualquer momento, decidir fazer com que a sociedade elabore balanços intermediários.

7. DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, os sucessores e o incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), os valores de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único. A incapacidade, aposentadoria, retirada, falência, dissolução ou exclusão de qualquer sócio não causará a dissolução da sociedade, exceto se o(s) sócio(s) remanescente(s) assim o decidirem. O(s) sócios(s) remanescente(s) poderá(ão):



- I. Adquirir as quotas do sócio incapacitado, aposentado, retirado, falido, dissolvido ou excluído da sociedade, na proporção das quotas que eles possuírem ao valor contábil de tais quotas apuradas no último balanço patrimonial da sociedade e, no caso de apenas um sócio remanescente, indicar um ou mais novos sócios, ou
- II. Fazer com que um terceiro adquira tais quotas.

8. DA LIQUIDAÇÃO OU DISSOLUÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. No caso de dissolução da sociedade ou da liquidação, o sócio que tenha a maioria dos votos na sociedade, ou quem ele indicar, será o liquidante. Neste caso, o patrimônio da sociedade será usado para liquidar suas obrigações, e o patrimônio remanescente, se houver, será distribuído entre os sócios, proporcionalmente às suas quotas, nos termos da legislação aplicável.

9. DA EXCLUSÃO DO SÓCIO POR JUSTA CAUSA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O sócio poderá ser excluído extrajudicialmente, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que ele está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, mediante alteração do contrato social. (Art. 1.085 do CC/2002).

Parágrafo Único. A exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

10. DA REUNIÃO DE SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. A reunião de sócios se realizará ordinariamente ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente quando for de interesse social.

Parágrafo Primeiro. As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões e obedecendo às regras de convocação e quórum dispostas na Lei nº 10.406/2002, podendo decidir sobre quaisquer assuntos de interesse da empresa, inclusive para: a) contratação de prestadores de serviços para a empresa, inclusive auditores, contadores e advogados; b) transformação, incorporação, fusão ou dissolução da empresa; c) distribuição de lucros na forma da legislação em vigor; d) nomeação de procuradores; e) destinação do patrimônio da sociedade.

Parágrafo Segundo. Deliberações de sócios serão sempre tomadas por maioria simples do capital social da sociedade, respeitando os termos e condições do Acordo de Sócios, arquivado na sede da sociedade.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Ressalvados os casos específicos previstos em lei, mormente o disposto no artigo 1.076 do Código Civil, bem como as disposições específicas deste instrumento, todas as demais deliberações sociais serão tomadas por decisão de sócio(s) detentor(es) de cotas representativas da maioria do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Os casos omissos serão regulados pelas disposições aplicáveis às Sociedades Limitadas constantes do Código Civil e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76).

12. DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, no Estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

XXX

XXX



NickCont

E, por certo e ajustado, juntamente com 2 (duas) testemunhas instrumentárias e presenciais na forma do direito, em 03 (três) vias de igual teor, firma o presente instrumento, por si e por seus sucessores, ficando expressamente autorizado o registro e o arquivamento deste instrumento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, a fim de que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

São Paulo, 7 de junho de 2021.

MARCELLA DE ALMEIDA SANTOS KNIPL

WILLIAN OLIVEIRA FELIX

Testemunhas:

NIXON PEREIRA DA SILVA

RG: 19.404.862-7 – SSP/SP

CPF: 091.602.638-81

CRC: 1SP192525

OAB/SP: 367.487

TAMARA OLIVEIRA RAMOS

RG: 42.994.845-1 – SSP/SP

CPF: 403.512.678-08

(Página de assinatura da "3ª Alteração de Contrato Social" da empresa SOLUÇÕES CAD – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA).

